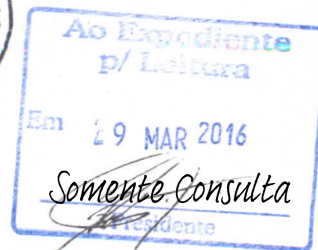




ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## Câmara Municipal de Mangaratiba



PROJETO DE LEI N.º 09 /2016 .

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais públicos e privados e instituições congêneres a notificarem ocorrências de uso de bebida alcoólica e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes e dá outras providências.

### A CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA, DECRETA:

Art. 1º - Os hospitais, bem como as instituições congêneres, estabelecidos no Município de Mangaratiba ficam obrigados a notificar o Conselho Tutelar do Município e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, sobre casos devidamente diagnosticados de uso de bebida alcoólicas e/ou entorpecentes por crianças e adolescentes, atendidos em suas dependências.

Art. 2º - A notificação será feita:

I - ao Conselho Tutelar;

II - ao Ministério Público na pessoa do titular, que tenha como atribuição atuar na área da Infância e Juventude;

Art. 3º - A notificação deverá ser encaminhada em até 05 (cinco) dias úteis contados do atendimento, em que se constate a utilização de bebidas alcoólicas e/ou entorpecentes, em papel timbrado, fazendo constar:

I - nome completo da criança ou adolescente, sua filiação, endereço residencial e telefone para contato;

II - o tipo de bebida alcoólica ou entorpecente utilizado, bem como a quantidade detectada, quando for possível atestar;

III - a rubrica e número de registro em Conselho Regional de Medicina do médico responsável pelo atendimento, bem como matrícula funcional quando se tratar de instituição congênere;

IV - demais informações pertinentes ao estado de saúde geral da criança e do adolescente, o diagnóstico e o procedimento clínico adotado.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, a notificação deverá ser encaminhada com o intuito de se promover os cuidados sócio educacionais voltados para a proteção da criança e do adolescente.

ARQUIVE-SE

Em 02 / 04 / 2016

Semente Consulta

PRESIDENTE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Somente Consulta*



## *Câmara Municipal de Mangaratiba*

Art. 4º - O processo de elaboração e remessa da notificação será restrito ao pessoal médico, técnico e administrativo diretamente envolvido no atendimento, sendo responsabilidade dos hospitais públicos e privados, bem como instituições congêneres precaverem-se pela inviolabilidade das informações, preservação da identidade, imagem e dados pessoais, com o fim de proteger a privacidade da criança ou do adolescente e de sua família.

Art. 5º - Os hospitais privados e congêneres que descumprirem esta Lei receberão advertência pública e, em caso de reincidência, será aplicada multa de 100 UFIR.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de março de 2016.

*Somente Consulta*  
Alan Campos da Costa  
Alan Bombeiro  
(Vereador Autor)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Câmara Municipal de Mangaratiba*

*Somente Consulta*



#### JUSTIFICATIVA

O álcool, bem como as drogas ilícitas, são substâncias tóxicas, cujos efeitos são mais potencializados em pessoas jovens. Outrossim, ambos são responsáveis pelo aumento do número de acidentes e atos de violência, muitos deles fatais, a que se expõem os usuários. É preciso orientação aos adolescentes que bebam e/ou usem drogas ilícitas, uma vez que proibir não se revela a solução para o problema. É preciso conversar com eles, expor-lhes a preocupação com sua saúde e segurança e deixar claro que não há acordo possível quanto ao abuso do álcool e drogas, dentro ou fora de casa.

A finalidade do presente Projeto é proporcionar medida social de acompanhamento, garantindo à família o direito de acompanhar e auxiliar o desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Sala das Sessões, 29 de março de 2016.

*Somente Consulta*  
Alan Campos da Costa  
Alan Bombeiro  
(Vereador Autor)